

ATA DA XXIII PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE – DIAS 25 E 26 DE MARÇO DE 2019

1 Às oito horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e
2 dezenove, no salão de eventos do Hotel Fazenda São João, na cidade de São Pedro, no
3 Estado de São Paulo, foi aberta a Vigésima Terceira Plenária Regional Sudeste do Sindicato
4 Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento (Sinpaf). O Diretor Regional
5 Sudeste, Roberto Aparecido Alves Pereira, convidou o presidente da Diretoria Nacional do
6 Sinpaf, Carlos Henrique Garcia, e o presidente da Seção Sindical São Carlos, anfitriã do
7 evento, Amadeu Pereira, para fazerem a abertura solene da plenária. Após agradecer a
8 presença de todos, também nesse momento o Diretor Regional Sudeste propôs um minuto
9 de silêncio da plenária em homenagem ao companheiro da Embrapa Gado de Leite, Wallace
10 Noronha Fraga, falecido em dezembro do último ano. Em seguida, a fim de proceder à
11 composição da Mesa da plenária, a qual cabe presidir o Diretor Regional Sudeste, os
12 delegados presentes foram convidados a indicar candidatos às funções de secretário e
13 relator. O presidente da Seção Gado de Leite, Adilson Ferreira da Mota, sugeriu o nome da
14 delegada da Seção Sindical Campinas & Jaguariúna Graziella Galinari para a função de
15 relatora, a qual aceitou. Também o delegado da Seção Tecnologia de Alimentos José Carlos
16 Sá Ferreira colocou seu nome à disposição para a função de secretário da Mesa. As
17 indicações foram então aprovadas pela plenária. Antes de prosseguir com a pauta, no papel
18 de presidente da Mesa, o Diretor Regional Sudeste, Roberto Aparecido Alves Pereira, acatou
19 a sugestão da delegada da Seção Sindical Solos Alba Leonor e cada companheiro presente
20 fez sua apresentação pessoal. Em seguida, composta a Mesa, o seu secretário, José Carlos
21 Sá Ferreira, deu início aos trabalhos com a leitura da proposta de pauta da plenária,
22 anteriormente divulgada pelo Diretor Regional Sudeste para as seções participantes. O
23 presidente da Seção Sindical Campinas & Jaguariúna, Mário Artemio Urchei, solicitou
24 apreciação da plenária para duas sugestões de alteração da pauta, sendo uma delas a
25 inclusão da discussão sobre o futuro do sindicato e o papel do Sinpaf e a segunda sugestão a
26 ampliação do tema colocado na pauta sobre ciência e tecnologia (C&T), mudando o enfoque
27 para o debate sobre a ciência e tecnologia pública e o papel da Embrapa. Carlos Henrique
28 Garcia propôs, então, aumentar o tempo previsto para a apresentação do coordenador do
29 Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) a fim de
30 contemplar a discussão sobre o futuro do movimento sindical, medida que foi aceita pela
31 plenária. Com relação à sugestão de ampliar a discussão sobre C&T, incluindo o debate
32 sobre a pesquisa pública no Brasil e na Embrapa, o diretor nacional de Ciência e Tecnologia
33 do Sinpaf, Paulo Armando Victoria de Oliveira, explicou que a apresentação prevista
34 contemplaria a questão levantada. Foi decidido, então, ampliar o tempo para esta pauta para
35 garantir a abrangência do tema. Também foi proposta e acordada pela plenária a previsão,
36 em cada pauta, de um espaço para, além do debate final, definir deliberações e
37 encaminhamentos sobre aquele tema. Carlos Henrique Garcia ainda sugeriu, e foi aceito
38 pela plenária, a inclusão na programação da participação do representante da Auditoria
39 Fiscal Nacional do Sinpaf Eli Gusmão de Vasconcelos, presente no evento. Em seguida, o
40 secretário da Mesa entrou em entendimento com a plenária para colocar como prazo final
41 para a proposição de moções e encaminhamentos às 14 horas do dia vinte e seis de março.
42 O secretário passou ainda as orientações gerais sobre a dinâmica e andamento a serem
43 adotados na plenária, em especial quanto às inscrições para direito à voz. Antes de proceder
44 para a aprovação do Regimento Interno da Plenária, foi proposta e acordada a antecipação
45 da palestra sobre análise de conjuntura. O presidente da Mesa convidou, então, o

48 coordenador de Relações Sindicais do Dieese, José Silvestre Prado de Oliveira, para sua
49 participação. A apresentação abordou como tema principal a proposta de emenda à
50 Constituição, PEC 6/2019, que trata da reforma da previdência social. Destacou o impacto
51 que pode advir da desconstitucionalização da previdência, prevista na proposta, e a
52 caracterização da PEC 6/2019 como sendo, na prática, uma proposta de privatização da
53 previdência social. Citou o ambiente de instabilidade política que o Brasil vem passando
54 desde 2013. Também, o ambiente econômico travado, com pouco avanço. Ressaltou que a
55 promessa de que após o golpe que tirou a presidente Dilma Rousseff haveria crescimento
56 não vem ocorrendo como projetado, e que ainda hoje há taxa elevada de desemprego,
57 queda na renda e no consumo, investimento travado, impedindo que a economia deslanche.
58 Destacou a associação entre essa conjuntura e o fato de grande parte das medidas tomadas
59 pelos governos, recentemente, afetarem os direitos trabalhistas e o movimento sindical,
60 como a aprovação da terceirização, a reforma trabalhista e a medida provisória 873.
61 Ressaltou que não houve o aumento da taxa de emprego depois da reforma trabalhista, que
62 foi mais focada na redução de custos do empregador. Com relação às negociações de
63 acordos coletivos de trabalho, citou que desde 2004 tiveram ganhos reais até uma piora, em
64 2015 e 2016, seguido de uma leve melhora em 2017 e 2018; porém, ressaltou ele, os novos
65 modelos de contrato, que precarizam o trabalho, tem como maior vítima o salário, a
66 remuneração, a renda e isso produz impactos negativos sobre a contribuição para a
67 previdência social, o INSS. Acrescentou ainda a dúvida a respeito de qual sindicato
68 representará a categoria de trabalho intermitente, surgido com a nova lei trabalhista. Falou
69 que o desafio para o movimento sindical brasileiro também deve considerar os incrementos e
70 a incorporação de tecnologias nas atividades laborais, como por exemplo o que ocorre nas
71 instituições bancárias onde vem reduzindo o universo de trabalhadores. Disse que o setor
72 público também é afetado de certa maneira por essas mudanças, com impactos sobre a
73 representação sindical. Ressaltou ainda a questão do financiamento do custeio dos
74 sindicatos, que foi afetado com o fim do imposto sindical. Destacou também a edição, no
75 início deste ano, da medida provisória que altera os mecanismos de custeio sindical e proíbe
76 o desconto na folha de pagamento, a MP 873/2019, como mais uma forma de enfraquecer os
77 sindicatos, com muitos efeitos negativos esperados sobre a arrecadação. Ressaltou que são
78 esperadas novas tentativas de fragilizar o movimento sindical, que precisará demonstrar
79 poder de resistência. Segundo ele, as medidas tomadas nos últimos anos representam a
80 tentativa de desmonte do papel social do Estado. Ele lembrou que a aprovação da reforma
81 da previdência é tratada como primordial para o governo e considerada a solução para a
82 economia. Mas, considerou que o valor previsto pelo governo de mais de 1 trilhão de reais
83 economizados é, na realidade, o custo de transição para o regime de capitalização. Deste
84 valor a ser economizado, mais de dois terços viria do regime geral, onde não há privilégios e
85 a média dos benefícios é de um salário e meio. Falou que, no âmbito do funcionalismo
86 público, há camadas privilegiadas, como o judiciário, mas que essa categoria não representa
87 a base de todo o setor público. Reforçou que a PEC 6/2019 propõe uma completa
88 transformação nos fundamentos da seguridade social no Brasil – que hoje envolve um pacto
89 intergeracional e um regime de repartição –, substituindo os princípios de solidariedade,
90 universalidade e provimento público de proteção social por outros princípios baseados no
91 individualismo. Mencionou que o sistema de capitalização, previsto pelo governo, não inclui a
92 contribuição patronal, remetendo ao trabalhador a responsabilidade pela sua previdência,
93 tirando a responsabilidade do Estado pela proteção social. Disse ainda que o grau de



95 informalidade presente no mercado de trabalho e a renda baixa colocariam os trabalhadores
96 brasileiros em dificuldades para arcar com essa mudança no sistema. Também tratou de
97 outros pontos previstos na PEC 6/2019, como a não garantia do reajuste dos benefícios pela
98 inflação, a nova fórmula de cálculo, que resultaria na prática à redução no valor dos
99 benefícios. Destacou que os três seguimentos mais afetados pela proposta de reforma da
100 previdência social são as mulheres, os professores e os trabalhadores rurais. Ressaltou que
101 as condições propostas para tempo de contribuição vai dificultar o acesso à aposentadoria
102 daqueles com menor escolaridade e dificuldade de inserção no mercado de trabalho.
103 Mencionou ainda as propostas de mudanças no recebimento do Benefício de Prestação
104 Continuada (BPC) e do abono salarial do PIS/Pasep; nas multas rescisórias e Fundo de
105 Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); na contribuição paga pelo trabalhador; no cálculo do
106 benefício a ser recebido, que na prática terá seu valor rebaixado; e no cálculo das pensões.
107 Também citou as alterações propostas para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS),
108 de estados, da união e de municípios. Disse que a previdência é uma das principais políticas
109 públicas do País devido à sua dimensão social. Ressaltou que deverá ser grande o impacto
110 na economia dos municípios, em especial os menores, que dependem bastante dos recursos
111 advindos com os benefícios. Ressaltou por fim que se a reforma passar e for implantado o
112 sistema de capitalização, a previdência social mudará radicalmente e alertou sobre a
113 possibilidade de retirar os direitos previdenciários da Constituição Brasileira. Concluída a
114 apresentação, o secretário da Mesa informou que a apresentação será anexada à Ata da
115 Plenária. Em seguida, passou para o debate do tema, abrindo para a inscrição dos
116 delegados. Elísio Evangelista (Peninha), da Seção Sindical Sete Lagoas, em sua
117 manifestação, considerou que houve uma acomodação das centrais sindicais durante os
118 períodos dos governos do PT, fazendo com que os trabalhadores fossem, agora,
119 surpreendidos desmobilizados. Ao comentar, o coordenador do Dieese pontuou que os
120 governos do PT também cometeram erros, mas que é preciso reconhecer as diferenças
121 entre propostas de país e avalia que até mesmo a proposta de reforma da previdência do
122 Temer era menos danosa do que a apresentada pelo governo atual. Disse ainda que não dá
123 para creditar ao movimento sindical a culpa pela situação atual. Em sua fala, o presidente da
124 direção nacional do Sinpaf, Carlos Henrique Garcia, avaliou que a situação atual mostra que
125 o impeachment foi pensado para avançar neste projeto de Estado que vem sendo proposto
126 desde então, com mudanças nos direitos trabalhistas, com a “PEC do Teto de Gastos” e a
127 reforma da previdência. Acrescentou que a economia prevista pelo governo será
128 principalmente em cima dos mais pobres. O delegado Adilson Ferreira da Mota, da Seção
129 Sindical Gado de Leite, questionou se o Dieese está avaliando possíveis
130 inconstitucionalidades na PEC 6/2019; quais as chances de aprovação da reforma no
131 congresso nacional e quais seriam possíveis pontos negociáveis. O representante do Dieese
132 explicou que a entidade não toma frente nas avaliações sobre inconstitucionalidades, no
133 plano jurídico; sobre pontos negociáveis, afirmou que algumas centrais estão discutindo se
134 apresentariam emendas, mas disse considerar que a proposta como um todo é ruim. Com
135 relação às chances de aprovação, afirmou que o mês de abril seria decisivo devido ao início
136 dos trâmites nas comissões do congresso, mas avaliou que a proposta pode não andar bem
137 devido a algumas dificuldades de articulação política do governo neste momento. Fez um
138 adendo a respeito dos movimentos sindicais e sociais, sobre mobilizações que podem ser
139 feitas e que ainda seriam pequenas, dizendo que o grande desafio é sair da “bolha” e
140 mostrar para a população a tragédia da reforma proposta, levando esclarecimentos para

142 mais segmentos da sociedade. Nacir Paranhos, da Seção Sindical São Carlos, indagou
143 sobre questões trabalhistas impactadas pela proposta de reforma da previdência e a situação
144 daqueles trabalhadores aposentados que continuam na ativa. O coordenador do Dieese
145 afirmou que os que já estão aposentados também serão afetados pela reforma, por exemplo
146 no cálculo dos índices de reajuste. O diretor de Assuntos Jurídicos e Previdenciários da
147 Diretoria Nacional do Sinpaf, Flávio José de Souza, questionou a respeito de impactos sobre
148 direitos de aposentados que continuam trabalhando. O representante do Dieese afirmou que
149 de acordo com a proposta de reforma a empresa estaria desobrigada de pagar a multa de
150 40% do FGTS e também o recolhimento para os trabalhadores aposentados. Flávio também
151 perguntou sobre a situação de trabalhadores que enfrentam períodos de desemprego,
152 reduzindo seu tempo de contribuição e da mesma forma o cálculo do benefício nesses
153 casos. José Silvestre, do Dieese, explicou que contará o tempo que efetivamente houve
154 contribuição. Considerou ser esse um aspecto perverso na proposta da reforma, pois vai
155 afetar muitos trabalhadores que terão dificuldades para contribuir devido aos períodos de
156 desemprego. Com relação ao cálculo do benefício, ressaltou que em qualquer situação
157 prevista haverá redução nos valores dos benefícios. O delegado da Seção Sindical
158 Campinas & Jaguariúna, Devanir dos Santos, salientou que não adianta apontar culpados
159 para a conjuntura que levou ao poder o governo atual e que é necessário que os sindicatos
160 se empenhem nas mobilizações; também citou preocupação com a situação dos
161 trabalhadores terceirizados presentes na Embrapa. Ao comentar, José Silvestre ressaltou
162 que nesse momento o desafio maior é com relação à reforma da previdência social, que
163 deve ter maior apelo junto à população se comparada com as questões relativas às mudanças
164 trabalhistas. Alertou que a conjuntura não é favorável e existe a possibilidade de surgirem
165 novas medidas que afetem o movimento sindical, como por exemplo acabar com a unicidade
166 sindical. A delegada da Seção Sindical Agrobiologia Carmelita do Espírito Santo apontou
167 dúvidas com relação a questão da carência, as regras de cálculo para servidores e também
168 chamou a atenção para a situação dos trabalhadores intermitentes e terceirizados. O
169 representante do Dieese esclareceu as dúvidas e ressaltou que a reforma tem total relação
170 com o mercado de trabalho; disse que a receita previdenciária vai reduzir devido às
171 mudanças nos vínculos empregatícios e ressaltou que, se considerar o que está na
172 Constituição, não há déficit. O diretor de Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente da Diretoria
173 Nacional, Nilson Alves Carrijo, considerou que os movimentos de esclarecimento e
174 mobilização devem começar nos municípios e que os sindicatos devem se reinventar,
175 estando inseridos na sociedade como um todo, renovando a visão que há atualmente.
176 Acrescentou que as pessoas ainda estão apreensivas para aderir a movimentos contra o
177 governo. José Silvestre, do Dieese, salientou que o desafio é pensar como os movimentos
178 sindicais devem mudar; muitos dirigentes estão discutindo esse assunto, mas o desafio não
179 é fácil diante de questões que dificultam o cenário, como a do financiamento do custeio dos
180 sindicatos. Mário Urchei, delegado nato da Seção Sindical Campinas & Jaguariúna, chamou
181 a atenção para uma questão que precisa ser avaliada, a de que há um movimento de direita
182 internacional que está atuando no Brasil também; que estão colocadas em jogo as riquezas
183 do País, entre outras questões da geopolítica atual; que a eleição no Brasil teve relação com
184 esses interesses e por isso não é possível responsabilizar somente governos anteriores,
185 partidos e sindicatos. Falou ainda sobre a retomada da consciência política da população e o
186 papel dos sindicatos nesse sentido, lembrando que a mobilização do dia 22 de março foi o
187 início desse movimento. Ao comentar, José Silvestre concordou que é importante a leitura



189 sobre a geopolítica para compreender o contexto atual, numa dimensão maior além do
190 cotidiano. Francisco Corrales, também da Seção Sindical Campinas & Jaguariúna, destacou
191 que as informações passadas na apresentação do representante do Dieese podem ser
192 adaptadas para o entendimento da população em geral e usadas em campanhas e materiais
193 de divulgação adequados. Questionou sobre o que é possível fazer para reverter o cenário
194 no campo político, como campanhas que atinjam também os parlamentares; e ainda como os
195 movimentos sindicais podem fazer para retomar as discussões e diálogos com a sociedade.
196 José Silvestre afirmou que é preciso deixarmos de falar para “nós mesmos”; salientou a
197 opção e a dificuldade do movimento sindical e de esquerda em utilizar mais os meios digitais
198 para atingir a população. Informou que o Dieese está elaborando uma cartilha com
199 esclarecimentos sobre a proposta de reforma da previdência. Alba Leonor, da Seção Sindical
200 Solos, enfatizou que é preocupante não haver informação de forma geral para a população
201 sobre a reforma, que o esclarecimento junto à população é fraco; levantou a questão sobre
202 qual seria a proposta dos sindicatos e/ou da oposição para a previdência social. O
203 representante do Dieese considerou que na avaliação das centrais sindicais a proposta como
204 está é ruim e não tem condições de receber emendas, que contrapropostas deveriam ocorrer
205 na forma de substitutivo. O presidente da Diretoria Nacional do Sinpaf, Carlos Henrique
206 Garcia, destacou a necessidade urgente de discutir como enfrentar a questão da proposta da
207 reforma da previdência. Disse ser um ponto inicial desfazer alguns argumentos incorretos
208 que são colocados pelo governo. Lançou como proposta construir uma plataforma para
209 viabilizar uma videoconferência do Dieese com toda a base do Sinpaf e também discutir
210 outras estratégias. José Silvestre considerou interessante a ideia de uma conferência para
211 toda a base do Sinpaf. Ainda antes de encerrado o debate, foram destacados alguns
212 serviços disponibilizados pelo Dieese que podem ser acessados pelas seções sindicais. Na
213 sequência da programação, foi aberta à plenária a discussão para sugestão de alterações e
214 aprovação do Regimento Interno da Plenária. Mário Urchei, da Seção Sindical Campinas &
215 Jaguariúna, solicitou modificação em item do capítulo V sobre a proposição de moções e
216 encaminhamentos, retirando a exigência de assinaturas de no mínimo dez delegados; da
217 mesma forma foi proposta correção no prazo previsto no regimento para envio das moções e
218 encaminhamentos, ficando para as 14 horas do dia 26 de março de 2019. As proposições
219 foram acordadas por todos. Adilson Ferreira da Mota, da Seção Sindical Gado de Leite,
220 propôs a inclusão de prazo para envio dos conteúdos brutos das filmagens realizadas na
221 plenária, bem como prazo para envio da ata do evento. O presidente da diretoria nacional do
222 Sinpaf, Carlos Henrique Garcia, ponderou que são necessários cuidados técnicos especiais
223 para gravação e envio das filmagens e algumas seções, nas últimas plenárias, não
224 atenderam ao pedido de autorização para despesa de compra de HDs e envio posterior. Ana
225 Paula Vitorino Lopes, que é diretora de Divulgação e Imprensa da diretoria nacional do
226 Sinpaf sugeriu que as seções se manifestem ainda durante a plenária sobre o interesse em
227 receber as filmagens e condições. Com relação à ata, houve concordância na plenária em
228 incluir no regimento interno (Art. 24) a previsão de prazo de até 30 dias para seu envio para a
229 diretoria nacional e seções. O Regimento Interno foi então aprovado pela Plenária.
230 Continuando com a programação, o diretor de Ciência e Tecnologia da Diretoria Nacional do
231 Sinpaf, Paulo Armando Victoria de Oliveira, procedeu à apresentação da palestra sobre “O
232 desafio para o futuro da Embrapa em C&T”. Fez uma explanação sobre seu entendimento a
233 respeito das funções e objetivos da diretoria de C&T no Sinpaf, quando afirmou que o
234 sindicato não deve fazer a gestão em C&T da empresa e sim focar nas suas implicações na



236 agropecuária e no ambiente de trabalho. Apresentou os macrotemas-chave em PD&I
237 descritos no documento Visão da Embrapa, além de outras publicações e fóruns de
238 referência sobre política de P&D e a incorporação da inovação. Também apresentou gráficos
239 relacionando o número de cientistas e percentuais do PIB investidos em pesquisa em
240 diversos países e ainda a posição do Brasil em indicadores de inovação, concluindo que o
241 país precisa avançar no investimento, formação e produção científica. Mostrou um histórico
242 da pesquisa agropecuária no Brasil, desde os anos 1930, realizada nos estados, até a
243 criação da Embrapa, na década de 1970. Considerou que a Embrapa hoje possui estrutura
244 rígida, burocratizada e centralizada. Ressaltou manifestações de membros do governo que
245 avaliam que a Embrapa está “grande” e que precisa produzir impacto junto ao produtor; e
246 também a informação de que o ministério da agricultura contratará empresa para propor uma
247 reestruturação na empresa. Abordou ainda as grandes transformações no modelo produtivo
248 da agropecuária, desde a era da mecanização, era da química, a era biotecnológica e mais
249 recentemente a automação e agricultura 4.0. Avaliou que de maneira geral a empresa tem
250 baixo investimento e custo elevado. Destacou que houve aumento na burocracia diminuindo
251 a produtividade do trabalho. Apresentou uma análise de cenário, em que, entre os pontos
252 fortes, está o reconhecimento da excelência em pesquisa da Embrapa, que possui ainda
253 uma excelente imagem junto à sociedade, um excelente quadro de recursos humanos e
254 infraestrutura de P&D e destacou a existência de nichos de mercado nos quais a empresa
255 pode se inserir. Entre as ameaças, afirmou considerar que a Embrapa contribui pouco para o
256 desempenho da agricultura, com poucos ativos tecnológicos e processos; falou da
257 competição com empresas multinacionais, instituições e consultores internacionais; sofre
258 interferência político-partidária e ideológica; o fato da empresa ser burocrática e engessada
259 por normas internas e legislação; e a conjuntura política e de economia fraca, onde as
260 estatais estão sendo questionadas pela grande mídia e por parte da sociedade. Afirmou
261 acreditar que os novos tempos exigem também disposição para negociação. Lembrou a
262 proposta de reestruturação que a gestão anterior da Embrapa chegou a apresentar, com
263 alterações na tipificação e reorganização das unidades descentralizadas, com a criação de
264 superintendências regionais o que, avaliou, aumentaria a burocratização da empresa.
265 Destacou o processo e foco de atuação dos centros de pesquisa hoje, com os quatro tipos
266 de projetos que preparariam o trabalho de transferência de tecnologia. Ressaltou que é
267 importante o sindicato ter ideias claras do papel da Embrapa. Falou que a história da
268 Embrapa, no início, teve forte impacto de resultados em PD&I. Ao falar sobre o quadro de
269 pessoal, considerou que após uma renovação, há cerca de 50% de novos trabalhadores,
270 com muitos assistentes com nível superior, analistas com formação de mestre e doutor, e
271 pesquisadores com boa formação acadêmica mas com pouco conhecimento sobre a
272 produção agropecuária. Sobre o financiamento de projetos, avaliou que não faltam recursos,
273 que estariam disponíveis de várias formas e em diferentes instituições, mas faltam sim bons
274 projetos. Ressaltou que a Embrapa deve seguir uma agenda de Estado no lugar de uma
275 agenda de governo. Também considerou que é preciso estabelecer parcerias e se envolver
276 com a iniciativa privada, pois acredita que o investimento do governo deverá ser reduzido.
277 Com relação às questões trabalhistas, como jornada de trabalho, por exemplo, considerou
278 que alguns aspectos relacionados ao trabalho específico da atividade de pesquisa, que tem
279 dinâmica própria, devem ser negociados. Pontuou ainda alguns desafios, que incluem a
280 relação agricultura orgânica e agroindústria, grandes e pequenos produtores. Falou sobre o
281 perfil de unidades descentralizadas de pesquisa que têm pouca produção científica e pouco

283 impacto de resultados na Empresa. Entre as mudanças no trabalho, chamou a atenção para
284 a automação em atividades de pesquisa e correlatas, como a coleta e tratamento de dados,
285 e a questão da formação de pessoal nesse contexto. Citou ainda a possibilidade de extinção
286 de bibliotecas nas Unidades, com a redução das bibliotecárias e terceirização de serviços na
287 área. Afirmou que o impacto desse novo modelo de PD&I será grande no ambiente de
288 trabalho, sendo preciso pensar nas ameaças ao futuro da Empresa; considerou que a
289 redução da burocracia e a geração de projetos por demanda podem gerar ambiente mais
290 favorável à geração de ativos a serem entregues à sociedade. Concluiu que a empresa
291 precisa estar preparada para as mudanças que serão impostas pelas demandas da
292 sociedade. Ao final da palestra, em virtude da necessidade do palestrante se ausentar
293 devidos a outros compromissos, antes de proceder ao debate, a mesa informou que
294 perguntas para ele seriam encaminhadas por escrito. Dando sequência à fase de debate,
295 Carmelita do Espírito Santo, da Seção Sindical Agrobiologia, fez uma observação a respeito
296 da visão passada na palestra sobre as bibliotecas e afirmou que a maneira colocada foi
297 desrespeitosa; considerou ser contraditório uma instituição de pesquisa sem bibliotecas, que
298 são consideradas patrimônio público. Ainda presente na plenária, o palestrante Paulo
299 Armando de Oliveira explicou que não teve intenção de desrespeitar a função das
300 bibliotecárias e disse que na sua avaliação, num futuro próximo, com a informatização
301 crescente, o quadro de bibliotecárias deve reduzir e não haver novas contratações. Adilson
302 Ferreira da Mota, da Seção Sindical Gado de Leite, pediu para rever um dos gráficos
303 apresentados sobre investimento e custo na Embrapa e comentou que, na sua interpretação
304 sobre essa relação, o nível de investimento deveria ter acompanhado o crescimento do custo
305 com pessoal. Ele levantou ainda a informação que gostaria de ver esclarecida de que o
306 Ministério da Agricultura, junto com a Embrapa, teria contratado consultoria para rever a
307 natureza jurídica da Empresa. Paulo Armando de Oliveira explicou que, ao longo dos últimos
308 anos, houve uma evolução do salário e um baixo investimento; disse que esses dados são
309 utilizados para mostrar que a Embrapa tem um custo alto e considerou isso uma das
310 ameaças atuais ao futuro da empresa. O presidente da diretoria nacional, Carlos Henrique
311 Garcia, pediu a palavra para informar que procede a informação de que uma empresa de
312 consultoria teria sido contratada pelo ministério para estudar a reestruturação da Embrapa.
313 Disse que a informação que chegou foi vazada e o que se soube é que houve de fato uma
314 agenda da ministra e do presidente da Embrapa com a empresa de consultoria citada,
315 Falconi. Informou que falta uma confirmação oficial e saber qual seria o objeto do contrato.
316 Francisco Corrales, delegado da Seção Sindical Campinas & Jaguariúna, ponderou que, na
317 sua opinião, a visão sobre a ciência e tecnologia apresentada na palestra está mais próxima
318 de uma lógica de empresa privada, que não é o caso da Embrapa, uma empresa pública,
319 que na sua visão deve buscar o desenvolvimento rural em todas as suas vertentes. Afirmou
320 que seria necessário um momento maior e próprio para que se amplie essa discussão sobre
321 o papel da pesquisa na Embrapa, inclusive com a presença de outros atores da sociedade.
322 Mário Urchei, da mesma seção sindical, avaliou que o debate é importante e precisa ser
323 ampliado. Destacou que na sua opinião a discussão deve ser sobre qual a Embrapa que
324 queremos. Ponderou que o modelo de desenvolvimento da agropecuária no Brasil foi
325 concentrador, excludente e poluidor do meio ambiente, onde a Embrapa atuou. Defendeu
326 que, antes do mercado, a Embrapa deve se voltar para combater a desigualdade social e no
327 campo, o desenvolvimento sustentável, não puramente adotar a lógica de mercado.
328 Ressaltou que o sindicato deve defender a posição da Embrapa como empresa pública, que

330 atenda à sociedade e não ao grande negócio. Devanir dos Santos, também delegado da
331 Seção Sindical Campinas & Jaguariúna, afirmou que algumas posições causam
332 preocupação, como a questão que coloca a iniciativa privada determinando como a pesquisa
333 da Embrapa deve atuar. A respeito da iniciativa de contratação de consultoria pelo ministério,
334 Nacir Paranhos, da Seção Sindical São Carlos, ressaltou que seria importante retomar as
335 discussões no âmbito das unidades a respeito da reestruturação da Embrapa. Tatiana
336 Guimarães, da Seção Sindical Agrobiologia, ponderou que a Embrapa não se preparou ainda
337 para atuar como empresa e nem deu condições para a pesquisa agir para tal. Ressaltou que
338 é preciso discutir de que forma a empresa vai se reestruturar para continuar relevante e
339 atuando em favor da sociedade. Mário Urchei, da Seção Sindical Campinas & Jaguariúna,
340 solicitou como encaminhamento uma solicitação à Embrapa para que esclareça para os
341 empregados as informações sobre contratação de consultoria para reestruturação. Outro
342 encaminhamento seria propor um novo evento, amplo, para discutir a questão da pesquisa e
343 da Embrapa pública. Ao comentar a proposição, o presidente da diretoria nacional, Carlos
344 Henrique Garcia, informou que está monitorando as informações a respeito da contratação
345 da consultoria e vai buscar novidades na Embrapa, ainda de forma informal. Disse ainda que
346 vai solicitar agenda com a ministra da Agricultura, além de formalizar o pedido de
347 esclarecimento sobre o assunto. Também sobre as proposições feitas, informou que está
348 elaborando proposta de evento sobre a Embrapa pública para este ano.
349 Por fim, afirmou que o sindicato entende que são necessárias mudanças na empresa; a
350 questão é sobre como essas mudanças serão propostas e como será a participação dos
351 empregados. Em seguida, o secretário da Mesa propôs uma alteração na ordem das pautas
352 de forma a adequar o tempo disponível dando mais espaço para o tema envolvendo a
353 Casembrapa, tendo para isso o acordo da plenária. O diretor de Saúde do Trabalhador e
354 Meio Ambiente da diretoria nacional do Sinpaf, Nilson Carrijo, deu prosseguimento então no
355 tema, iniciando com uma apresentação do plano de trabalho da pasta, de janeiro a setembro
356 de 2019, detalhando ações realizadas e programadas, como campanhas, atuação em fóruns
357 e eventos, entre outras atividades. Nilson é também membro indicado pelo sindicato para o
358 Conselho de Administração (CAD) da Casembrapa. Nesta condição, apresentou gráficos
359 sobre resultados contábeis da Casembrapa, entre 2017 e 2018, quando houve uma melhora.
360 Também apresentou relatório de 2018 de despesas autorizadas e executadas. Estava
361 presente na plenária, participando da discussão da pauta como convidado, o consultor
362 jurídico Luís Fernando Moreira, do escritório Moreira e Bastos Advogados, que avaliou o
363 relatório de auditoria da Casembrapa de 2017 por solicitação da diretoria nacional do Sinpaf.
364 Ele respondeu indagação do representante da Seção Sindical Gado de Leite Adilson Ferreira
365 da Mota, explicando que as despesas administrativas abrangem contratos, por exemplo, com
366 prestadores de serviço, diferente das despesas com pessoal, que referem-se a salário.
367 Dando continuidade, Nilson Carrijo informou que houve uma reunião do Conselho de
368 Administração em 21 de março de 2019 e apresentou informações sobre os recursos
369 disponíveis hoje na Casembrapa, referente a dezembro de 2018, sendo um montante
370 correspondente a soma de reservas vinculadas e não vinculadas, dando um saldo de mais
371 de 33 milhões. Informou que a atual presidente da Casembrapa, Sonisley Santos Machado,
372 deverá se retirar e que o indicado num primeiro momento será o atual diretor financeiro, Alan
373 Augusto dos Reis. Comentou que estuda-se a proposta de contratar um gerente
374 especializado na área de planos de saúde para colaborar com a gestão do plano. Também
375 informou que o conselho está discutindo a contratação de uma consultoria para avaliar a



377 sustentabilidade do plano. Deu explicações a respeito da possibilidade de contratação de
378 resseguro, que não foi considerada interessante. O consultor jurídico Luís Fernando Moreira
379 ressaltou que o mais importante para o plano é ter uma visão de médio e longo prazo e não a
380 adoção de medidas em sobressaltos. Apesar da saída da presidente da Casembrapa,
381 prevista para abril de 2019, Nilson Carrijo ressaltou que ela e outros membros que saírem
382 poderão ser chamados para explicar possíveis apontamentos que vierem a ocorrer. Com
383 relação aos aposentados atendidos pela Casembrapa, ele deu explicação sobre como é feito
384 o cálculo, que hoje é 5,17% sobre o salário base do aposentado, que também passa a pagar
385 o valor correspondente da patronal. Afirmou que poderão surgir propostas de mudanças,
386 com implantação da paridade na contribuição dos aposentados. O consultor Luís Fernando
387 Moreira lembrou que houve um período de desequilíbrio financeiro, que levou a termos de
388 compromisso de ajuste com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), atingindo em
389 2017 14 milhões de déficit. Afirmou que é preciso que a Casembrapa tenha uma gestão com
390 avaliação de riscos. Ressaltou que o plano não pode ser só pagador de despesas, mas que
391 deve implantar programas preventivos, mapear população de riscos, interferindo e dando
392 alertas para evitar o adoecimento, alertando que a tendência é que o grupo atendido pela
393 Casembrapa envelheça, se não houver novos concursos públicos. Ponderou sobre a
394 possibilidade de elaborar e oferecer novos produtos para os familiares dos associados,
395 medida que pode até reduzir a participação dos empregados nos custos do plano. Lembrou
396 que no final de 2018, de acordo com os dados divulgados, a situação financeira do plano
397 parece ter melhorado, inclusive devido ao reajuste aplicado, mas questionou “a custo de
398 quê”, chamando à reflexão e indagando se a melhora seria resultado de aprimoramento de
399 processos ou outras medidas de gestão, como a renegociação de contratos de prestadores
400 de serviço, auditorias frequentes, controle, programa de recuperação de segurados que
401 saíram por dificuldade em pagar o plano, tratamento de fraudes, atuação preventiva frente
402 ações judiciais, medidas transparência entre outras ações de gestão possíveis. Ressaltou
403 que esses pontos são justamente aqueles que devem ser avaliados num plano de
404 sustentabilidade da Casembrapa. Iniciado o debate, Marco Antonio Silva, da Seção Sindical
405 Gado de Leite, questionou a falta de um manual para consulta pelo empregado. Também
406 mencionou as operadoras disponíveis pelo plano, Cassi e Unimed e questionou ainda sobre
407 a situação dos aposentados por invalidez. Luís Fernando Moreira falou sobre a relação com
408 as operadoras e explicou que em algumas regiões há dificuldades para atuação das
409 operadoras, por questões de mercado fechado. Com relação ao contrato da rede
410 credenciada, questionou na verdade a negociação realizada pela Casembrapa, que poderia
411 ser melhor trabalhada. Com relação ao manual de especialidades, Nilson Carrijo afirmou que
412 vai analisar o caso do atendimento da Cassi na região que atende os associados da
413 Embrapa Gado de Leite. Nacir Paranhos, da Seção Sindical São Carlos, questionou sobre os
414 descontos de despesas médicas que chegam de forma acumulada, pegando o empregado
415 despreparado para a despesa. Luís Fernando Moreira informou que em geral existem formas
416 de fazer parcelamentos automáticos e que cabe uma decisão de diretoria, por exemplo, para
417 sua aplicação. Nilson Carrijo ressaltou que nos casos de descontos acumulados o
418 empregado pode fazer uma reclamação e exigir o parcelamento. Adilson Ferreira da Mota,
419 delegado nato da Seção Sindical Gado de Leite, ressaltou que desde 2015 tem sido
420 aprovada uma deliberação em plenária para que seja feita uma auditoria externa, nos
421 documentos originais da Casembrapa, independente e que abranja aspectos
422 técnicos/médicos e administrativos, envolvendo multas, processos etc, mas que essa

424 deliberação ainda não foi concretizada. Assim, pleiteou a mesma questão, que seja feita uma
425 auditoria externa na Casembrapa. Carmelita do Espírito Santo, da Seção Sindical
426 Agrobiologia, pediu questão de ordem para saber quem arcaria com esta auditoria, o que foi
427 explicado por Adilson Ferreira da Mota que poderia ser paga pelo próprio Sinpaf, se assim
428 aprovado. Nilson Carrijo explicou que a auditoria realizada recentemente é promovida pela
429 ANS, é considerada independente e deve apresentar os resultados em breve. O consultor
430 Luís Fernando Moreira disse entender que o Sinpaf pode contratar auditoria, mas que a
431 autorização depende da empresa também. Ernando Ferreira Motta, da Seção Sindical Gado
432 de Leite, afirmou não ter se sentido contemplado com a resposta a respeito da possibilidade
433 de contratação de auditoria externa. Em resposta, Luís Fernando Moreira explicou que, neste
434 caso, seria uma auditoria concorrente, que avalie as questões técnicas, contratos e
435 prontuários. Afirmou acreditar que a própria Casembrapa deveria oferecer isso e que o
436 Sinpaf poderia provocar a diretoria do plano sobre essa possibilidade. Lilian Pires, da Seção
437 Sindical Solos, ressaltou a questão de ações preventivas de saúde, comum em muitas
438 empresas. Afirmou haver dificuldades em fazer com que a empresa adeque horários ou
439 outras medidas para incentivar atividades físicas em horários de trabalho, por exemplo;
440 também mencionou a questão de atendimento por nutricionista. O consultor Luís Fernando
441 Moreira falou da possibilidade de promover ações e campanhas preventivas, como o
442 incentivo a atividades físicas, proporcionando um bônus para os associados que atingirem
443 determinados resultados. Nilson Carrijo explicou que o posicionamento sobre atividades
444 físicas adaptadas nos horários de expediente deve ser negociado com cada chefia local,
445 visto que algumas unidades já oferecem soluções nesse sentido. Luís Fernando Moreira
446 acrescentou que esse tipo de medida deveria estar dentro de um programa preventivo da
447 Casembrapa e constar em acordo coletivo. Citou que a ANS pode liberar o uso de recursos
448 em reserva para programas de prevenção e reforçou, mais uma vez, que os associados
449 devem exigir que a Casembrapa tenha uma visão de futuro. Com relação ao atendimento por
450 nutricionista, Nilson Carrijo disse que vai levantar informação junto à Embrapa sobre a
451 liberação e aceite de atestado para essa situação. O presidente da diretoria nacional do
452 Sinpaf, Carlos Henrique Garcia, reforçou que pode ser feito um estudo consistente sobre o
453 impacto de medidas de saúde preventiva para levar ao conselho e à Embrapa. Alba Leonor,
454 da Seção Sindical Solos, mencionou que chamam de causas invisíveis de doenças que
455 afetam os empregados e falou sobre a importância da saúde preventiva, de programas de
456 bem estar, do cuidado com as pessoas, a oferta de equipamentos ergonômicos, prevenção
457 do assédio, cuidados com a infraestrutura de trabalho. Nilson Carrijo reforçou que o caminho
458 para o tratamento de doenças invisíveis passa de fato pela prevenção. Renata Maria Avilla
459 Paldes, também da Seção Sindical Solos, mencionou o programa atual de qualidade de vida
460 e clima organizacional da Embrapa, ao qual a empresa não investe efetivamente, e reforçou
461 a necessidade de implementar um programa preventivo. Também falou sobre o Programa de
462 Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), cujos exames foram reduzidos.
463 Questionou sobre a possibilidade da Casembrapa buscar outras operadoras de saúde no Rio
464 de Janeiro. Por fim, citou a questão da substituição da presidente da Casembrapa e os
465 critérios que a administração vai usar para seleção de próximos gestores, de nova diretoria.
466 Nilson Carrijo disse acreditar que o governo atual não terá interesse em ampliar ações como
467 o PCMSO e com relação à busca por outras operadoras ou hospitais, afirmou que os
468 empregados locais podem fazer indicações e alinhar justificativas para a Casembrapa
469 estudar e buscar uma negociação. O encaminhamento, nesse caso, deve ser feito para a



471 diretoria executiva da Casembrapa. Enio Fraga da Silva, também da Seção Sindical Solos,
472 reforçou a questão da gestão profissional da Casembrapa. Marcos Freitas, da Seção Sindical
473 Gado de Leite, citou os problemas de estabilidade dos planos de saúde e afirmou que vê
474 uma queda na qualidade da assistência oferecida pela Casembrapa. Concluiu perguntando
475 se o empregado hoje pode confiar na Casembrapa. Em resposta, Nilson Carrijo disse
476 considerar a Casembrapa um dos melhores planos de autogestão do Brasil. Ana Paula
477 Vitorino, que é diretora de Divulgação e Imprensa da diretoria nacional do Sinpaf, perguntou
478 sobre quem define os critérios para escolha dos gestores do plano. Também questionou a
479 quem cabe aprovar a implementação de programas de saúde preventiva, por exemplo. No
480 caso da Casembrapa abrir o leque de produtos, indagou ainda o quanto isso impactaria no
481 seu equilíbrio financeiro. Perguntou também sobre o trabalho de credenciamento de
482 operadoras e prestadores de serviço nas diversas localidades; e qual equipe a Casembrapa,
483 em Brasília, tem hoje para atender a demanda nacionalmente, atividade que antes era feita
484 localmente pelos setores de gestão de pessoas das Unidades. O consultor Luís Fernando
485 Moreira informou que programas preventivos podem fazer uso de recursos de reserva do
486 plano. O programa é apresentado ao conselho da Casembrapa para autorização e se a
487 opção for usar a reserva deve-se apresentar para a ANS para liberação. Com relação aos
488 administradores da patronal, afirmou que os critérios são definidos na Comissão
489 Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias
490 da União (CGPAR). Quanto a novos produtos, Nilson Carrijo informou que já foram
491 solicitados estudos, mas eles não foram apresentados até o momento. E por fim, ele também
492 aproveitou para acrescentar que também está em estudo uma mudança na forma de custeio
493 do plano. Dando início à programação do segundo e último dia da XXIII Plenária Sudeste, em
494 vinte e seis de março, o secretário da Mesa, José Carlos Sá Ferreira, convidou o
495 representante da Auditoria Fiscal Nacional Eli Gusmão para sua apresentação. Eli Gusmão
496 agradeceu a oportunidade e lembrou que já fora encaminhado em congresso que a
497 participação da Auditoria Fiscal Nacional estivesse presente na pauta das plenárias. Falou
498 sobre sua experiência e interesse profissional pela área. Ressaltou a importância da
499 autonomia da Auditoria Fiscal Nacional, que não possui vinculação com a diretoria nacional,
500 sendo eleita em chapa independente, e por isso sua função não pode ser confundida como
501 de assessoramento à diretoria nacional do sindicato. Mencionou o balanço da Auditoria sobre
502 a situação fiscal das seções sindicais, informando que 63% delas possuem pendências, e
503 informou que foram enviados os relatórios de inconformidades para cada seção. Também
504 citou um mapeamento realizado sobre o balanço de filiados, informando que houve um
505 acréscimo de filiados em 2018, em relação a 2017, no balanço geral das seções da região
506 sudeste, ainda que algumas delas tenham apresentado perdas de associados. Mencionou
507 que algumas seções possuem recursos bloqueados na diretoria nacional, que não podem ser
508 gerenciados pela diretoria nacional, pois esta não seria ordenadora de despesas. O papel da
509 auditoria, informou, é também de dar orientação às seções, inclusive para esta questão. A
510 respeito da não aprovação do relatório no último congresso, sendo uma das razões alegadas
511 o fato de que não havia sido entregue com antecedência, afirmou que a definição de prazo
512 para apresentação do referido relatório não consta em estatuto e ressaltou que a não
513 aprovação acarretou, na realidade, problemas para as seções que têm recursos bloqueados.
514 Iniciado o espaço para debate, Enio Fraga, da Seção Sindical Solos, sugeriu que o
515 mapeamento sobre o número de filiados poderia ser estendido para um período mais longo,
516 para uma avaliação completa da situação. Eli Gusmão informou que a ideia de fazer esse

518 mapeamento foi pensada recentemente por isso foi feita no período 2017/2018 e que seria
519 interessante fazer por período mais longo, porém dependeria de um esforço maior para
520 análise dos dados. João Batista, da Seção Sindical Sete Lagoas, falou sobre o papel do
521 dirigente local para a manutenção ou não de filiados. Mencionou também a falta de
522 treinamento de alguns diretores para conduzir a questão fiscal e o tratamento de pendências
523 e que a diretoria nacional poderia oferecer suporte maior para isso. Avaliou que os
524 presidentes nacionais deveriam visitar com mais frequência as bases. Eli Gusmão concordou
525 com o papel dos dirigentes junto aos empregados para trazer novos filiados. Quanto ao
526 assessoramento junto aos dirigentes locais, citou que a diretoria nacional elaborou um
527 manual de procedimentos e que talvez muitos dirigentes que fazem prestação de contas não
528 tenham conhecimento sobre ele e também não passem para seus sucessores na função.
529 Ana Paula Vitorino, da diretoria nacional do Sinpaf, falou que a prestação de contas da
530 diretoria nacional está divulgada no site do Sinpaf e levantou a questão sobre as seções
531 também divulgarem sua situação para os filiados. Ressaltou que essa informação é
532 importante para conhecimento de todos. A respeito do manual, perguntou se é suficiente
533 para a auditoria somente avaliar a nota fiscal apresentada na prestação de conta e se não
534 deveria ser analisado também como foi feito o processo de cotação para compras e
535 contratações. Eli Gusmão afirmou que a decisão de divulgar a prestação de contas das
536 seções não cabe à Auditoria Fiscal Nacional. Sobre a análise de compras e contratações,
537 afirmou que onde são verificados valores e situações que geram dúvidas, a Auditoria procura
538 levantar mais informações no mercado e junto às seções. Flávio José de Sousa, também
539 membro da diretoria nacional do Sinpaf, pontuou sobre a questão da publicação de relatórios
540 e afirmou que muitas vezes esse material deveria constar de uma intranet e não divulgado
541 abertamente na internet. Sobre o mapeamento de filiados, lembrou que essa ação já foi feita,
542 mas parou nos últimos anos. Quanto a oferta de cursos de formação, lembrou também que já
543 houve no passado junto à programação de plenárias e congressos, e que poderia ser
544 sugerido para a próxima plenária nacional. Eli Gusmão concordou que é preciso treinamento
545 sobre a aplicação do manual de procedimentos, mas que esse treinamento deve ser
546 direcionado a quem de fato é responsável pela prestação de contas nas seções e não
547 somente para os presidentes e vice-presidentes. Ressaltou que atividades meio, como essa,
548 também são importantes para o sindicato e precisam de cuidados e aperfeiçoamentos. O
549 presidente da diretoria nacional do Sinpaf, Carlos Henrique Garcia, informou que o
550 acompanhamento do mapa de filiados já é feito pela diretoria nacional, mês a mês, que
551 verifica quando há sinais atípicos de movimentação. Pontuou que os dados apresentados
552 com detalhamento podem ser solicitados e ressaltou que é preciso fazer uma leitura mais
553 apurada em cada caso, pois a variação pode ocorrer por diversas razões, como
554 transferências, aposentadorias, entre outras. Ele ressaltou ainda que a diretoria nacional vem
555 investindo bastante no apoio às ações da Auditoria Fiscal Nacional, viabilizando sua atuação.
556 Em resposta a João Batista, da Seção Sindical Sete Lagoas, Carlos Henrique Garcia afirmou
557 que a diretoria nacional tem, na medida do possível, atendido aos convites para visitas feitas
558 pelas seções sindicais. Sobre recursos bloqueados de seções, afirmou que a diretoria
559 nacional deve tomar medidas para ajudá-las e evitar que seja paralisada. Sobre isso, Eli
560 Gusmão afirmou que a diretoria nacional, para atender necessidades das seções, não pode
561 mexer nos recursos bloqueados e orientou que a ajuda seja feita por meio de empréstimo,
562 que posteriormente pode ser descontado dos repasses. Mário Urchei, da Seção Sindical
563 Campinas & Jaguariúna, afirmou achar que o processo de prestação de contas é importante,

565 mas é burocratizado e poderia ser mais simplificado. Ponderou que algumas seções sindicais
566 não têm infraestrutura e recursos humanos suficientes e adequados para cumprir todos os
567 procedimentos. Também ressaltou a possibilidade de realizar treinamentos nesse sentido.
568 Sobre o mapa de filiados, lembrou que naqueles disponibilizados pela diretoria nacional
569 constam os filiados que estão sendo descontados, porém alguns novos associados têm o
570 desconto tardio, demorando meses até ser efetivado desde a assinatura da filiação na seção;
571 por isso considera que o balanço é bastante dinâmico e é preciso ser visto com
572 detalhamento. Eli Gusmão concordou que os processos poderiam ser mais simplificados e
573 que são baseados em formulários feitos há muitos anos e que seguem o modelo da
574 Embrapa, apesar do sindicato não ser empresa pública. Quanto ao mapa de filiados, Flávio
575 José de Sousa, da diretoria nacional, complementou que há situações em que o empregado
576 sai de licença e que seu retorno deve ser informado para a diretoria nacional, bem como
577 deve ser informadas as transferências. Ressaltou que a seção precisa verificar mês a mês
578 essas movimentações. A diretora Administrativo-Financeira da diretoria nacional do Sinpaf,
579 Guiomar Rodrigues de Carvalho, informou que, além do manual de procedimentos, a equipe
580 da diretoria nacional está à disposição para tirar as dúvidas das seções sindicais. Ela
581 discordou da opção de fazer empréstimo para atender necessidades emergenciais das
582 seções com recursos bloqueados; ponderou que os valores são da seção, dos filiados. Eli
583 Gusmão reafirmou que ao fazer uso dos recursos, a diretoria se configura como ordenadora
584 de despesa e que não considera correto, pois é a seção, a rigor, que tem esse papel.
585 Concluído o debate, a Mesa da plenária convidou presidente e vice-presidente da Seção
586 Sindical Pesagro Niterói, Ricardo Vieira da Silva e Sérgio Moutinho do Carmo, para sua
587 participação. Ricardo Vieira da Silva informou que faz parte de uma diretoria nova; contou
588 que a seção sindical decaiu bastante nos últimos anos, sem recursos e com queda de
589 filiados; avaliou que essa situação deveu-se em parte por comodismo de gestões anteriores.
590 Ressaltou que a atual diretoria precisou fazer um trabalho de convencimento junto à base e
591 com isso conseguiu resgatar os filiados. Falou sobre a situação atual da Pesagro, em que há
592 dificuldades no fornecimento de vale refeição, no plano de saúde e de carreiras, por
593 exemplo. Também mencionou que gestões anteriores da seção sindical adotaram posição de
594 não confrontar a direção da empresa quanto aos problemas. Ressaltou que a atual gestão
595 teve bastante apoio da diretoria nacional do Sinpaf e conseguiu ajuizar ações de interesse
596 dos empregados, como as que envolvem o plano de saúde e o plano de carreiras. Ressaltou
597 que a luta vem sendo constante e até mesmo no trato de questões trabalhistas menores.
598 Considerou que o trabalho comprometido de luta realizado pela diretoria da seção inspirou
599 respeito por parte dos filiados, que vêm recebendo atenção com o envio constante de
600 informações. Ao concluir o debate, o secretário da Mesa, José Carlos Sá Ferreira, colocou a
601 Seção Sindical Tecnologia de Alimentos à disposição dos companheiros para o apoio que
602 precisarem. Em seguida, a Mesa chamou o presidente da diretoria nacional do Sinpaf, Carlos
603 Henrique Garcia, para tratar da pauta sobre o ACT 2018/2019; estratégias de negociação
604 para o ACT 2019/2020; eleição de representante da região Sudeste na Comissão Nacional
605 de Negociação (CNN); e também sobre o Plano de Demissão Incentivada (PDI) da Embrapa.
606 Carlos Henrique ressaltou a importância da questão relativa ao desligamento dos
607 empregados, que merece atenção. Afirmou que ações como o PDI não são benesses, mas o
608 reconhecimento do trabalho dos empregados e que ocorrem também em empresas privadas.
609 Ponderou que havia expectativa de que se teria um PDI rápido e atrativo; que apesar da
610 alegação da presidência da Embrapa de que o PDI anunciado em janeiro pode ser

612 considerado bom, essa não é a opinião do Sinpaf. Detalhou pontos da proposta que na
613 verdade não são interessantes para o empregado, como a multa indenizatória e outros
614 cálculos que precisam ser feitos, que não configuram benefícios de fato. Outro ponto que
615 destacou foi a decisão do governo de não fazer a reposição do quadro total de vagas que
616 forem abertas, que ficaria em 75% e sem o compromisso de fazer concurso público para
617 preenchê-las. Ressaltou que a ideia inicial era de não repor as vagas. Após o anúncio do
618 PDI, o Sinpaf enviou considerações para a Embrapa a respeito do que foi apresentado.
619 Ressaltou que na realidade o Conselho de Administração da Embrapa (Consad) não deu
620 aprovação para o PDI ainda, o que deve ocorrer em abril com a apreciação do regulamento.
621 Ele ponderou que a diretoria nacional do Sinpaf manifestou não concordar com os critérios já
622 apresentados, mas considerou que a decisão sobre a adesão ao PDI é individual; que o
623 Sinpaf pode dar orientações e assessorar nos cálculos envolvidos, mas não indicar a decisão
624 do empregado. Afirmou que as orientações mais precisas só poderão ser feitas após a
625 divulgação do regulamento, que ainda não ocorreu. Informou que não obteve resposta sobre
626 os questionamentos já feitos pelo Sinpaf, como por exemplo se a Embrapa avaliou os
627 possíveis impactos com a saída de quadros da empresa sem reposição. Disse que o retorno
628 que obteve foi de que após a aprovação do regulamento o Sinpaf será convidado a apreciá-
629 lo. Jorge Azevedo (Caetano), da Seção Sindical Tecnologia de Alimentos, perguntou se há a
630 possibilidade dos valores anunciados para o PDI serem aumentados após a análise do
631 Consad. Carlos Henrique considerou que é preciso ver que os novos membros do Consad
632 são do governo atual, cuja postura não leva a acreditar que pode haver melhoria nos valores.
633 Nacir Paranhos, da Seção Sindical São Carlos, afirmou que os critérios apresentados pela
634 Embrapa com relação à idade e tempo de casa não considerou bem os casos reais de já
635 aposentados. Carlos Henrique afirmou que o Sinpaf opinou que o limite de idade e tempo
636 deveria valer somente para os não aposentados; para os aposentados não deveria haver.
637 Disse também ter questionado sobre o prazo para atingimento do limite e adesão ao plano,
638 mas que espera o regulamento final para confirmar esse critério. João Batista, da Seção
639 Sindical Sete Lagoas, questionou se o PDI pode não acontecer devido à proposta de reforma
640 da previdência, que pode prever demissão de aposentados caso seja aprovada. Carlos
641 Henrique afirmou que há muitos empregados preocupados com essa questão. Disse achar
642 que é um ponto da reforma que pode não ser aprovado no Congresso, mas se ocorrer traria
643 muito prejuízo para os aposentados. Enio Fraga, da Seção Sindical Solos, pediu mais
644 informações sobre a multa rescisória, considerando a nova lei trabalhista, nos casos de
645 demissão por comum acordo. Carlos Henrique lembrou que os empregados da Embrapa são
646 celetistas e a regra prevê o pagamento da multa. Considerando a regra atual, não aconselha
647 que o empregado venha a aderir somente por medo da demissão. Adilson Ferreira da Mota
648 sugeriu como deliberação ou encaminhamento que, caso o Sinpaf contrate consultoria para
649 avaliar o regulamento do PDI, que seja prevista uma planilha para simulação, em que o
650 empregado possa calcular, avaliar sua situação e fazer comparativos, considerando pontos
651 como vale alimentação, contribuição para Casembrapa, entre outros detalhes. Também
652 levantou a questão sobre de onde sairão os recursos para o PDI. E por fim falou sobre o
653 pedido do ministério da Agricultura para contratar empresa de consultoria para pensar a
654 reestruturação da Embrapa e o que isso poderia implicar na questão que vem sendo
655 discutida sobre o cargo de assistente. Carlos Henrique achou positiva a sugestão de uma
656 planilha para simulação e disse que a ideia é contratar um serviço especializado para dar
657 assessoria. Sobre o orçamento disponível para o PDI, disse que esse questionamento foi

659 feito para a Embrapa e espera que o novo Consad responda. Com relação aos assistentes,
660 disse que a apresentação do diretor de Assuntos Jurídicos e Previdenciários da diretoria
661 nacional, Flávio José de Souza, abordaria essa questão. Renata Maria Avilla Paldes, da
662 Seção Sindical Solos, avaliou que o PDI tem relação com uma possível proposta de
663 reestruturação da Embrapa e que o plano não pode ser visto isoladamente, pois vai afetar
664 toda a Empresa. Ressaltou que a maioria dos que parecem querer optar pelo PDI é do cargo
665 de assistentes e questionou sobre como ficaria a reposição desse quadro. Ponderou que não
666 há previsão de concurso público e que uma reestruturação pode influenciar na decisão de
667 terceirizar essas funções, como já previsto na nova lei trabalhista. Carlos Henrique lembrou
668 que hoje é permitido terceirizar todos os níveis e que é preciso vigilância constante quanto
669 essa questão, considerando a não previsão de reposição total e de concurso público com o
670 PDI. Mário Urchei, delegado nato da Seção Sindical Campinas & Jaguariúna, avaliou que o
671 PDI de maneira geral é bem ruim e que não acredita que haverá melhorias na proposta. Com
672 relação ao regulamento a ser aprovado, afirmou que o Sinpaf deve pleitear a reposição do
673 quadro e também a ampliação do prazo para adesão e desligamento. Carlos Henrique disse
674 ser oportuno encaminhar carta para o Consad cobrando respostas já enviadas e colocando a
675 preocupação dos empregados com relação à reposição do quadro por concurso público.
676 Com relação à pauta sobre o ACT 2018/2019, Carlos Henrique lembrou das dificuldades nas
677 negociações, que já vinham ocorrendo desde 2016 e foram piorando, por exemplo, com a
678 estratégia adotada de levar os acordos para o mínimo legal. Lembrou que em 2016 os
679 trabalhadores perderam uma ferramenta importante nas negociações que era a Súmula 277,
680 referente à retroatividade, que dizia que enquanto as partes não anuissem novo acordo
681 ficaria em validade o acordo vigente. Afirmou que a reforma trabalhista colocou em terra a
682 retroatividade. Disse que todas as categorias sofreram com essa posição do governo de
683 correções abaixo da inflação e retirada de direitos, em 2018. Disse que os acordos foram
684 fechados com mudanças de cláusulas e deu exemplos de algumas empresas. Na Codevasf
685 disse ter recebido proposta de 40% do INPC, que foi rejeitada. Disse que na Embrapa não foi
686 apresentada proposta de reajuste; que foi possível na época a prorrogação e o ACT
687 2018/2019 manteve cláusulas sociais; que foi solicitada mediação do Tribunal Superior do
688 Trabalho (TST), feita quando tivesse próximo de vencer a vigência como estratégia para
689 garantir as cláusulas sociais. Disse que em 4 de abril ocorrerá reunião bilateral, de onde
690 pode surgir proposta para avaliação. Como também há o ACT 2019/2020, disse achar
691 possível que venha uma proposta compositiva para o índice de reajuste. Lembrou que no
692 último dissídio para índice foi preciso abrir mão de algumas cláusulas na negociação.
693 Afirmou que é preciso avaliar sempre a conjuntura e não focar só na negociação da empresa
694 e que o resultado da negociação pode ser positivo se feita essa análise geral. Afirmou
695 esperar dificuldades na negociação com o novo governo. Quanto à expectativa da atual
696 negociação, disse acreditar que pode haver proposta de reposição integral dos salários, mas
697 sem retroativo; e que é preciso fazer os cálculos para melhor avaliar. Sobre as estratégias
698 para o ACT 2019/2020, disse esperar que venham sugestões da plenária para sua
699 construção. Adilson Ferreira da Mota, da Seção Sindical Gado de Leite, falou sobre a
700 informação sobre negociações de outras empresas e questionou a respeito da possibilidade
701 de surgir proposta de composição dos dois ACTs. Sobre estratégia, questionou o efeito de
702 fato que um dia de paralisação teria para a negociação. Em seu comentário, Carlos Henrique
703 avaliou que uma proposta de negociação compositiva para dois anos pode ser interessante e
704 disse acreditar ser provável uma proposta nesse sentido e que o sindicato precisaria avaliar.



706 Sobre paralisação, afirmou que esse movimento deve ser grande e relevante e citou o
707 dissídio de greve, que ocorre com categorias que fazem greve de fato, que leva em conta o
708 prejuízo iminente ao erário. Disse acreditar que propor dissídio em paralisação pequena não
709 gera resposta do TST. Lilian Pires, da Seção Sindical Solos, questionou sobre a expectativa
710 quanto à reajuste de benefícios do ACT. Carlos Henrique lembrou que foi colocado na Lei de
711 Diretrizes Orçamentárias para 2019 (LDO 2019) a vedação de reajuste de auxílio creche,
712 moradia e alimentação. Assim, disse que não se aplica reajuste nesses benefícios para
713 qualquer categoria. Carlos Henrique acrescentou que duas cláusulas foram muito
714 tensionadas no último acordo: salubridade e transporte; disse acreditar que serão de novo
715 pontos atacados na negociação atual. Elisio Evangelista (Peninha), da Seção Sindical Sete
716 Lagoas, questionou se é possível o sindicato enviar informação para o e-mail de todos os
717 empregados. Ana Paula Vitorino, da diretoria de Divulgação e Imprensa da diretoria nacional
718 do Sinpaf, pediu a palavra para explicar que os e-mails são enviados pela área de
719 comunicação da diretoria nacional do sindicato e que atualizações de endereço devem ser
720 comunicadas. Também no site do sindicato disse haver campo específico para solicitar o
721 envio para e-mail particular. Carlos Henrique disse que o Sinpaf envia as informações para o
722 cadastro de todos e precisa verificar o caso de quem não está recebendo. Ana Paula Vitorino
723 reforçou que muitas informações enviadas para as diretorias das seções sindicais devem ser
724 replicadas para seus respectivos filiados. Mário Urchei, da Seção Sindical Campinas &
725 Jaguariúna, falou a respeito do ACT sobre a probabilidade do governo propor negociação
726 para dois anos e reforçou que qualquer proposta nesse sentido deve ser avaliada com
727 cuidado, considerando o efeito que pode haver de desmobilização da categoria no período
728 compreendido. Ressaltou que se pense em alguma forma de manifestação, inclusive
729 antecedendo o início da negociação, quando a empresa demora meses para se posicionar
730 depois de entregue a pauta do ACT. Carlos Henrique disse concordar com a necessidade de
731 avaliação cuidadosa. Disse que procurou em ACT anterior encaminhar com antecipação a
732 pauta de reivindicações imaginando que a empresa pudesse antecipar também o início da
733 negociação, o que não ocorreu. Neste ano, disse ter sido entregue no limite estipulado.
734 Devanir dos Santos, também da Seção Sindical Campinas & Jaguariúna, ressaltou que é
735 importante que as estratégias tomadas pela diretoria nacional na negociação sejam
736 construídas e acompanhadas pela base; e que a reposição das perdas inflacionárias seria o
737 mínimo para o qual o Sinpaf e a base lutem. Carlos Henrique falou de decisões que já foram
738 tomadas na mesa de negociação sem consulta à base por terem sido julgadas como muito
739 ruins. Comentou sobre a avaliação do momento estratégico de levar o dissídio para o TST; e
740 quanto a mobilizações, também disse ser necessário avaliar a resposta da sociedade a
741 greves, pois a depender do momento e contexto, essa decisão pode ser um “tiro no pé” e
742 acabar por favorecer a posição da empresa e do governo, colocando a população contra os
743 argumentos dos empregados. Alba Leonor, da Seção Sindical Solos, reforçou a necessidade
744 do sindicato trabalhar para sensibilizar os empregados sobre sua importância e papel. Carlos
745 Henrique reforçou que os dirigentes precisam trabalhar para resgatar a confiança do filiado,
746 fazer o trabalho com a base, para então propor ações de massa e aguardar adesão. Deu
747 como exemplo a mobilização proposta para o dia 22 de março onde avaliou que era
748 importante fazer o esclarecimento da base para depois chamá-la a aderir às ruas. Jorge
749 Azevedo (Caetano), da Seção Sindical Tecnologia de Alimentos, questionou sobre a
750 probabilidade de aprovação de ACT abrangendo dois anos e qual o cenário, com possível
751 aprovação do PDI, com relação a correções daqueles que aderirem. Carlos Henrique disse

753 que quem sair no PDI, e houver correção posterior referente ao período que o empregado
754 trabalhou, fará jus. Findo o debate, a Mesa procedeu para a escolha do representante da região
755 Sudeste na Comissão Nacional de Negociação (CNN) e suplente. Jorge Azevedo (Caetano),
756 da Seção Sindical Tecnologia de Alimentos, candidatou-se à função e Adilson Ferreira da
757 Mota, da Seção Sindical Gado de Leite, foi indicado pelo delegado Mário Urchei. Aberta a
758 votação entre os delegados presentes, registrou-se o total de nove votos para Adilson
759 Ferreira da Mota, doze votos para Jorge Azevedo e três abstenções, ficando eleito como
760 titular Jorge Azevedo e suplente Adilson Ferreira da Mota. Após a votação, as delegadas
761 Lilian Pires, da Seção Sindical Solos, e Tatiana Guimarães, da Seção Sindical Agrobiologia,
762 foram convidadas a compor a Mesa para abrirem a próxima pauta. Elas convidaram Ana
763 Maria Palma, que atua como educadora na Escola de Formação Sindical Sul da Central
764 Única dos Trabalhadores (CUT), a Escola Sul, e trabalha com pesquisas na área de gênero e
765 mundo do trabalho. Ana Maria Palma abordou o sindicato como um espaço político e falou
766 sobre desmistificar a relação que a mulher tem com a política. Ressaltou que é comum dizer
767 que a mulher não gosta de política quando se tenta explicar porque a participação dos
768 homens é maior, uma interpretação que de tão repetida faz com que muitas mulheres
769 acreditem. Disse, porém, que os estudos não revelam isso e mostram que a mulher tem
770 muita participação na política. Ela explicou que mulher atua principalmente naqueles espaços
771 que não a afastam do ambiente da casa, como por exemplo as associações de bairro. Disse
772 que ao ampliar sua participação nessas instâncias, indo também para algum conselho local,
773 a mulher vai ganhando repertório político, até ser convidada ou alcançar a oportunidade, por
774 exemplo, de disputar uma eleição para o cargo de vereadora. É nesse ponto que, explicou
775 Ana Maria, as mulheres começam a se deparar com outras dificuldades e obstáculos para
776 evoluir na sua atuação, pois em geral elas têm menos acesso aos recursos dos partidos para
777 construir sua campanha, reduzindo suas chances em comparação com a de partidários
778 homens. Ela ressaltou também que, ao mesmo tempo, o maior afastamento, no tempo e no
779 espaço, do ambiente doméstico, da casa, acaba contribuindo para tirar ou reduzir a
780 participação da mulher nos espaços políticos. Ela explica que isso ocorre porque o ambiente
781 doméstico no Brasil continua sendo visto majoritariamente como uma responsabilidade maior
782 da mulher. Com relação ao ingresso no mundo do trabalho, Ana Maria questionou junto ao
783 público masculino presente qual seria a maior dificuldade da mulher em comparação com o
784 homem. Ela mesma respondeu que o salário desigual – 30% menor, em média – é um deles;
785 e reforçou que as mulheres têm mais obstáculos para chegar aos cargos com melhores
786 ganhos. Revelou que, à medida que os salários se elevam, diminui a presença das mulheres
787 e acrescentou que somente 10% das empresas tem mulheres em cargos mais altos. Ana
788 Maria Palma afirmou que a mulher, ao longo do tempo, tem sido vista como a grande
789 responsável pelo cuidado, caracterizado no capitalismo por seu caráter afetivo. Disse que
790 essa visão virou uma armadilha para a mulher, pois as funções que são geralmente
791 associadas ao cuidado e ao afeto são as menos remuneradas e algumas vezes não são nem
792 reconhecidas e contabilizadas. Ela deu como exemplo o caso das professoras, cujo trabalho
793 é muito visto como algo vocacional; e que isso leva a não caracterizá-las como uma força de
794 trabalho como as demais. Falou sobre o conceito anglo saxão chamado de “teto de vidro”,
795 que refere-se a um limite invisível imposto para as mulheres. O “teto de vidro”, exemplificou,
796 podem ser os filhos. Nesse momento, Ana Maria ponderou que na verdade os filhos
797 deveriam ser considerados patrimônios e responsabilidade de toda a sociedade. A
798 educadora lembrou de situações hipotéticas em que há reflexo dessa limitação, como na

800 avaliação das empresas privadas em processos de contratação para escolher entre
801 candidatos homens e mulheres. Citou que outro “teto de vidro” pode ocorrer em reuniões de
802 decisão, onde muitas vezes cabe à mulher apenas corroborar decisões já acertadas em
803 outros espaços onde não houve sua participação. Ela afirmou que essa situação pode
804 ocorrer nos sindicatos, por exemplo, nos espaços de articulação informal, em que as
805 mulheres acabam não participando. Também deu outros exemplos de situações que
806 acontecem em espaços de decisões, como a falta de atenção dispensada quando a mulher
807 tem a palavra. Mencionou a questão da mulher historicamente ter sido educada para ter uma
808 atitude mais de conciliação e não tanto de enfrentamento, posição que muitas vezes é
809 comum e necessária no ambiente político. Disse acreditar que os sindicatos democráticos
810 terão mais chance de resistir aos ataques atuais desferidos contra o movimento sindical a
811 partir do fortalecimento da atuação da mulher. Afirmou que não existe movimento, em 2019,
812 sem a participação ativa das mulheres. Nesse sentido, ressaltou que é preciso os sindicatos
813 sofisticarem a comunicação com as mulheres e os caminhos para viabilizar sua participação.
814 Reforçou que a mulher deve participar da política simplesmente porque ela é cidadã e não
815 em razão de adjetivações e estereótipos que são comuns, como dizer que toda a mulher é
816 honesta, calma, bondosa, entre outras características atribuídas à mulher de forma
817 generalizada. Lembrou que, ao mesmo tempo, a mulher quando comete um erro é julgada a
818 partir desse tipo de visão, diferente dos homens. Ana Maria também aproveitou para exibir
819 um trecho do filme “Revolução em Dangenham”, a fim de provocar uma reflexão sobre a
820 participação das mulheres no sindicato e a defesa de seus direitos. Por fim, avaliou que os
821 sindicatos devem abarcar de fato as pautas das mulheres e colocá-las também em cargos de
822 decisão; que essa atitude é importante para o futuro e o fortalecimento do sindicato. Ao
823 iniciar o espaço para debate, a representante da Seção Sindical Agrobiologia Tatiana
824 Guimarães afirmou não enxergar o homem reconhecendo e reivindicando o espaço
825 doméstico para si mesmo e colocou para os homens pensarem onde eles estão guardando
826 seus preconceitos, pois não bastaria só dizer que não é machista. Também levantou a
827 questão da educação feminina machista, que forma machos e não homens. Ana Paula
828 Vitorino, da diretoria nacional do Sinpaf, fez o convite para que as mulheres presentes
829 tragam mais companheiras para o espaço sindical. Ressaltou a importância de mulheres
830 compondo a mesa quando se fala do feminismo. Carmelita do Espírito Santo, da Seção
831 Sindical Agrobiologia, ressaltou a importância do debate na causa das mulheres e que
832 também inclua os homens. Aproveitou para sugerir que sejam propostas mudanças na
833 dinâmica das plenárias, que podem incorporar um debate mais amplo, em temas abertos.
834 Também sugeriu que o Sinpaf cria uma agenda para trabalhar o tema da mulher, não só em
835 plenárias mas em campanhas e junto às seções sindicais. Adilson Ferreira da Mota, da
836 Seção Sindical Gado de Leite, disse não ver tanta discriminação no Sinpaf e considerou que
837 na Embrapa há mais condições de garantir uma paridade nas chances da mulher evoluir na
838 carreira e no salário. Citou situações em que as mulheres foram engajadas e acabaram
839 contempladas em alguns direitos, mas que depois a sua participação não teve continuidade
840 em outras lutas; disse que às vezes parece que as mulheres se engajam somente em
841 causas que as afetam diretamente. Ao comentar, a educadora Ana Maria Palma concordou
842 que no funcionalismo público há um ambiente de trabalho que garante um pouco mais de
843 igualdade de condições e salários. Em relação ao caso da mobilização das mulheres em
844 determinadas causas sindicais, ponderou que a questão de gênero é bastante complexa; que
845 há uma cultura e muitas subjetividades envolvidas até que todas as mulheres entendam as



847 outras pautas como sendo delas também. Ana Maria citou o exemplo de uma medida tomada
848 pela companhia Air France, que reservou 30% de vagas, em todas as instâncias do trabalho,
849 para mulheres. Ressaltou porém que as dificuldades encontradas para atingir essa meta
850 estavam na falta de ações para empoderar de fato as mulheres para que ocupassem esses
851 espaços. Ressaltou a cultura patriarcal que é internalizada pelas próprias mulheres, que são
852 desencorajadas a tomar certas iniciativas. Com relação a direitos como a licença
853 maternidade, Tatiana Guimarães, da Seção Sindical Agrobiologia, levantou a questão de
854 estender esse direito também ao homem, de alguma forma. Também lembrou da questão
855 relativa à avaliação de desempenho dos empregados, que tem efeito direto sobre a evolução
856 na carreira, mesmo no funcionalismo público e que a mulher talvez seja prejudicada nesse
857 processo. Amadeu Pereira, da Seção Sindical São Carlos, falou da importância da mulher
858 ocupar os espaços; ressaltou que, na sua opinião, a mulher deve ser empoderada em cima
859 de suas forças e não com vitimismo, citando por exemplo a categoria de crime denominada
860 como feminicídio. Ana Maria Palma explicou que a categoria de feminicídio foi criada para
861 mostrar que são necessárias medidas específicas para tratar esses casos; reforçou que no
862 feminicídio a mulher é morta por ser mulher, diferente de um homicídio. Explicou que a
863 ocorrência do feminicídio é um fenômeno histórico; que essa categoria de crime não será
864 mais necessária quando este fenômeno desaparecer. Sobre a ideia de vitimismo, a
865 educadora reforçou que a mulher não é vitimista, ela é vítima de fato, de crimes, de salários
866 desiguais, entre outras tantas questões. Concordou que a saída para a mulher é empoderar-
867 se e ir para a luta, mas isso só acontece quando ela se reconhece como vítima; do contrário,
868 ela vai fazer luta de quê e contra o quê. Francisco Corrales, da Seção Sindical Campinas &
869 Jaguariúna, levantou o ponto sobre como tratar de fato a questão das mulheres dentro do
870 Sinpaf, tornando a estrutura mais amigável para esses temas e que seja uma atitude
871 cotidiana e não esporádica. Em seu comentário, Ana Maria Palma afirmou que esta é uma
872 decisão política, mas tem visto de forma positiva as organizações instituindo instâncias
873 específicas nos sindicatos para tratar do tema da mulher, indo além de somente incluir essas
874 questões de forma transversal. Lilian Teles, da Seção Sindical Solos, mencionou algumas
875 dificuldades que encontra para ter uma participação maior no sindicato, mesmo dentro de
876 casa e na família. Ana Maria pontuou que as mulheres na política são questionadas de forma
877 diferente dos homens; os questionamentos que recaem sobre elas são sobre como vão lidar
878 com a criação dos filhos, por exemplo; ou seja, são questionamentos que remetem à sua
879 vida particular e até questões estéticas. Marco Antonio, da Seção Sindical Gado de Leite,
880 falou sobre generalizações possíveis ao tratar do tema e ressaltou que é importante que
881 homens e mulheres caminhem juntos e em união para enfrentar a questão. Alba Leonor,
882 também da Seção Sindical Solos, parabenizou o sindicato por incluir esta pauta e também a
883 palestrante. Procurou chamar a atenção do sindicato para trazer mais temas como esse,
884 além de outros importantes, como o assédio, que tem a ver diretamente com o bem estar do
885 trabalhador. Ana Paula Vitorino, da diretoria nacional, falou sobre a estrutura do sindicato e
886 onde caberia a discussão da mulher, que seria a diretoria de cidadania e políticas sociais.
887 Em suas considerações finais, a educadora Ana Maria Palma elogiou a participação dos
888 homens na discussão daquele dia e reforçou que todos queremos sindicatos fortes e que
889 perdurem. Ressaltou também que o sindicato não pode limitar-se somente à discussão sobre
890 a pauta da data base. Lembrou, por fim, que as mulheres representam mais da metade da
891 população do País e que também por isso, para qualquer pauta que seja, é fundamental
892 envolvê-las. Na sequência da programação, o secretário da Mesa convidou o diretor de



894 Assuntos Jurídicos e Previdenciários da diretoria nacional do Sinpaf, Flávio José de Souza,
895 para apresentar o relatório de acompanhamento processual da pasta e a situação dos
896 processos que são acompanhados pela área jurídica da diretoria nacional do sindicato. O
897 diretor exibiu para todos da plenária a relação dos atuais processos e ações, alguns deles
898 iniciados em outras gestões e que envolvem três diferentes assessorias jurídicas. Flávio José
899 de Souza discorreu sobre o status de cada ação. Entre eles, estão ações referentes ao Plano
900 de Carreiras da Embrapa (PCE 2006); premiação; norma de frequência; dissídio coletivo da
901 Emepa; questões envolvendo ex-diretores do sindicato; ações que requerem o cumprimento
902 de deliberações do 11º Congresso do Sinpaf; eleição da Seção Sindical Hortaliças;
903 reclamação de horas extras para o tempo de trajeto até o local trabalho; progressão salarial
904 para anistiados que retornaram à Embrapa; ação contra a Embrapa devido a cortes no
905 fornecimento de transporte na Sede; e processos da década de 1990, da Embrapa e
906 Codevasf, sobre correções do FGTS no âmbito de planos econômicos anteriores. Flávio José
907 de Souza também destacou ação do Sinpaf contra a União referente a abono pecuniário e
908 licença prêmio. Com relação ao abono pecuniário, disse que envolve muitos empregados e
909 alertou que será necessário o apoio das seções sindicais para levantar as informações para
910 o depósito de valores que os empregados terão a receber. Explicou que as planilhas seriam
911 enviadas para cada seção na próxima semana. Citou também a ação para suspensão de
912 terceirização ilícita, a qual teve êxito um dia antes da entrada em vigor da reforma trabalhista,
913 em 2017. Informou que a Embrapa interpôs recurso e propôs conciliação. Explicou que,
914 mesmo com a lei da terceirização, a Embrapa ficou impedida de fazer contratação e nesse
915 período o Sinpaf vem sendo procurado pela empresa, que tem interesse no fim dessa ação.
916 Acrescentou que foi entendido, junto a órgão do Ministério Público do Trabalho ((MPT), que o
917 Sinpaf não tem poder para retirar a ação e pode haver um convite para que se discuta um
918 acordo. O presidente da diretoria nacional do Sinpaf, Carlos Henrique, ficou de
919 complementar este assunto ao final da explanação. Mencionou ainda denúncia, perante o
920 MPT, contra o processo de avaliação de desempenho individual da Embrapa, realizado em
921 2018, quando houve mudança repentina da norma. Informou que o MPT determinou a
922 abertura de inquérito civil para avaliar o tema. Flávio José de Souza informou também sobre
923 o processo contra os efeitos da MP 873/2019; disse que a liminar foi negada e o Sinpaf deve
924 tentar novamente. Alertou que a entidades que não conseguirem liminar talvez precisem
925 recorrer à emissão de boletos para receber as mensalidades dos filiados. Disse que ainda
926 não se sabe qual será o procedimento que a Embrapa adotará. Após terminar a
927 apresentação do relatório, a Mesa abriu a fase de debate. Nacir Paranhos, da Seção Sindical
928 São Carlos, salientou ser importante não retirar a ação sobre a terceirização. O diretor Flávio
929 José de Souza informou que algumas unidades da Embrapa estão se sentindo prejudicadas,
930 com problemas de pessoal, e com a intenção de terceirizar serviços para resolvê-los. Disse
931 que são essas Unidades que vêm fazendo pressão sobre esta questão junto ao sindicato.
932 Afirmou que o sindicato também precisa pensar na situação da empresa, que pode ter
933 atividades interrompidas, e que há expectativa de discutir o assunto com o tribunal. Enio
934 Fraga, da Seção Sindical Solos, comentou a respeito das ações sobre correção do FGTS
935 devido a planos econômicos passados, que poderiam não ter sucesso na justiça pelo fato do
936 montante de valores envolvidos ser muito elevado. Flávio José de Souza informou que o
937 governo estima de fato que a causa pode envolver montantes bastante elevados, mas disse
938 não ter conhecimento se algo foi decidido quanto a isso, alguma modulação e se retroagiria.
939 Enio Fraga também perguntou se haveria informação sobre um novo Plano de Cargos e

941 Salários ou PCE. Flávio José de Souza avaliou que, nesta conjuntura atual, é preciso cautela
942 para propor à Embrapa um novo plano de carreira, pois pode vir uma proposta pior. O
943 presidente da diretoria nacional, Carlos Henrique Garcia, informou que foi iniciada uma
944 discussão para elaboração de um novo plano de cargos antes da reforma trabalhista, mas as
945 empresas paralisaram a elaboração e não mais a retomou. Disse acreditar que esse não
946 seria um bom momento para propor a revisão do plano de cargos. Carlos Henrique
947 aproveitou para falar sobre a ação contra a terceirização ilícita. Lembrou que na ocasião a
948 intenção era impedir que a Embrapa seguisse com um processo acelerado de contratação
949 nessa modalidade. Disse que a ação foi proposta com olho na lei vigente na época, tendo
950 sucesso nas instâncias em que passou. Explicou que o objetivo final era, ao vedar a
951 terceirização, provocar a contratação de pessoal. Ponderou que, ao proibir a contratação de
952 serviços terceirizados, e com a Embrapa sem autorização para concurso público, o fato
953 acabou causando prejuízos a atividades das unidades. Explicou que, em função disso,
954 começou-se a discutir a possibilidade de um acordo. Disse que uma proposta colocada seria
955 de reinserir cargos de assistentes e autorizar a contratação de terceirizados para serviços
956 emergenciais operacionais. Lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) acabou
957 decidindo pela terceirização em toda a cadeia. Explicou que o processo vai andar
958 independente da vontade do Sinpaf e que pode demorar. Acrescentou que, sabendo da
959 decisão do STF, a ação pode ser negada e que o STF pode até mesmo liberar não só para
960 serviços emergenciais operacionais mas para tudo, acabando por ser mais positivo para os
961 interesses da Embrapa e do governo. Carlos Henrique ressaltou que um acordo agora pode
962 ser mais vantajoso e interessante. Citou exemplos de atividades impactadas e ressaltou que
963 é preciso tranquilidade e responsabilidade para avaliar essa questão. Informou que o
964 Conselho de Administração da Embrapa (Consad) chegou a aprovar o acordo e o sindicato
965 levou para o ministério público. Completou dizendo que é aguardada reunião de conciliação
966 para tratar o termo de acordo. Findo o debate, o secretário da Mesa procedeu para a
967 discussão sobre o local da próxima plenária Sudeste. Como representante da Seção Sindical
968 Tecnologia de Alimentos, ele mesmo manifestou interesse em que a sua seção organize a
969 próxima edição, o que foi aceito pelos presentes. Antes de seguir para a leitura das moções
970 e encaminhamentos, o secretário da Mesa abriu espaço para a manifestação do suplente do
971 Diretor Regional Nordeste, Jorge Severo da Costa, que acompanhou a plenária. Jorge
972 Severo agradeceu a oportunidade de compartilhar experiências, elogiou a organização da
973 plenária e parabenizou os palestrantes. Na sequência, foi iniciada a leitura das moções e
974 encaminhamentos apresentados à Mesa. **Moções de encaminhamentos: 01)** são autores,
975 Adilson Ferreira da Mota, Ernando Ferreira Motta, Marcos La Falce, Marcos Antônio da Silva,
976 Francisco Tostes e Marcos Antônio de Freitas (Seção Sindical Gado de Leite): "Utilizar de
977 forma mais ostensiva os meios eletrônicos e rede sociais (WhatsApp, Facebook, Twitter,
978 Instagram e Portal) nas campanhas e posicionamentos do Sinpaf, inclusive com o aporte de
979 aceleradores e multiplicadores pagos. O uso dessas ferramentas modernas, com peças e
980 linguagem adequadas, atinge de forma mais abrangente a sociedade brasileira, incluindo
981 parlamentares das três esferas e juízes, entre outros. É uma forma das vozes de 9 mil
982 filiados se fazerem presentes, o que nem sempre é possível em manifestações presenciais".
983 Em seus comentários, antes da votação, o presidente da diretoria nacional do Sinpaf, Carlos
984 Henrique, ponderou que a ideia proposta é boa, mas considerou que o que já é feito não
985 revela um engajamento dos próprios diretores do sindicato. A diretora de Divulgação e
986 Imprensa da diretoria nacional, Ana Paula Vitorino, esclareceu onde checar no site do Sinpaf

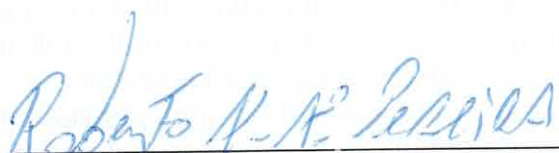


988 o link para suas redes sociais. Salientou que o perfil no Facebook poderia ter mais
989 seguidores entre os próprios empregados e que algumas matérias impulsionadas chegaram
990 a repercutir junto ao ministro. Realizada a votação, foram registrados 20 votos a favor da
991 moção de encaminhamento, 02 votos contra e zero abstenções. Decisão: encaminhamento
992 aprovado. **02)** são autores, Francisco Miguel Corrales (Seção Sindical Campinas &
993 Jaguariúna) e Adilson Ferreira da Mota (Seção Sindical Gado de Leite): “Solicitar junto ao
994 Dieese a elaboração de materiais de divulgação com conteúdos e explicitação dos impactos
995 negativos para a maioria da sociedade brasileira, em relação a eventual adoção das
996 normativas estabelecidas pela PEC 6/2019 – Reforma da Previdência. Sugestão dos
997 materiais virem a ser elaborados com linguagem didática, adequada aos públicos a que se
998 destinam: parlamentares e população em geral”. Encaminhada para votação, foram
999 registrados 17 votos a favor, zero votos contra e abstenções. Decisão: encaminhamento
1000 aprovado. **03)** são autores, Francisco Miguel Corrales (Seção Sindical Campinas &
1001 Jaguariúna), Adilson Ferreira da Mota e Marcos La Falce (Seção Sindical Gado de Leite):
1002 “Do planejamento de despesas com as plenárias: realizar próximo aos aeroportos; não
1003 contratar pensão completa; reduzir custos (palestrantes, infraestrutura etc); e enviar para as
1004 seções sindicais a previsão de custo por delegado com antecedência”. Antes da votação,
1005 Adilson Ferreira da Mota pediu voz para esclarecer sobre o pedido; ressaltou que a receita
1006 do sindicato diminuiu e o orçamento precisará se adequar. As sugestões feitas devem valer
1007 para o planejamento das próximas plenárias e chamou a atenção para alguns custos que
1008 podem ser evitados, como deslocamentos a mais. A diretora Administrativo-financeira da
1009 diretoria nacional, Guiomar Rodrigues de Carvalho, comentou que há concordância em
1010 algumas das sugestões feitas; ponderou, porém, quanto a forma de fazer a previsão de
1011 custos, pois sempre se toma como base a plenária anterior. O Diretor Regional Sudeste,
1012 Roberto Alves Pereira, comentou que, como organizador, fará o que a plenária achar melhor.
1013 Realizada a votação, foram registrados 19 votos a favor, 02 votos contra e zero abstenções.
1014 Decisão: encaminhamento aprovado. **04)** são autores, Francisco Miguel Corrales (Seção
1015 Sindical Campinas & Jaguariúna) e Adilson Ferreira da Mota (Seção Sindical Gado de Leite):
1016 “Enviar solicitação da diretoria nacional do Sinpaf à presidência da Embrapa e ao Ministério
1017 da Agricultura para que esclareça os termos do contrato de consultoria com a empresa
1018 Falconi ou outra(s) instituição(ões) que tenha(m) esse propósito, de modo que tenhamos
1019 ciência do objeto, metodologia e agenda dessa consultoria”. Aberta a votação, foram
1020 registrados 20 votos a favor, zero votos contra e abstenções. Decisão: encaminhamento
1021 aprovado. **05)** são autores, Adilson Ferreira da Mota, Ernando Ferreira Motta, Marcos
1022 Antônio da Silva, Francisco Tostes (Seção Sindical Gado de Leite) e Francisco Miguel
1023 Corrales (Seção Sindical Campinas & Jaguariúna): “Que a diretoria nacional contrate
1024 empresa que analise a resolução relativa ao PDI e elabore uma ‘planilha do Sinpaf’,
1025 oferecendo os cálculos aos empregados e permitindo avaliar comparativamente a
1026 conveniência em aderir ou não ao PDI”. Realizada a votação, foram registrados 21 votos a
1027 favor, zero votos contra e abstenções. Decisão encaminhamento aprovado. **06)** são autores,
1028 Ernando Ferreira Motta, Adilson Ferreira da Mota, Marcos Antônio da Silva, Francisco Tostes
1029 (Seção Sindical Gado de Leite) e Francisco Miguel Corrales (Seção Sindical Campinas &
1030 Jaguariúna): “Reivindicar da Casembrapa a elaboração e implementação de saúde coletiva
1031 preventiva. O programa dever ser apresentado e negociado junto ao Sinpaf, custeado pela
1032 Casembrapa”. Aberta a votação, foram registrados 21 votos a favor, zero votos contra e
1033 abstenções. Decisão: encaminhamento aprovado. **07)** são autores, Ernando Ferreira Motta e



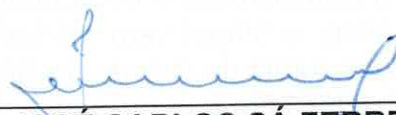
1035 Adilson Ferreira da Mota (Seção Sindical Gado de Leite): “No sentido de que seja realizado
1036 pelo Sinpaf, em nome dos filiados, uma auditoria de concorrência externa independente,
1037 técnica e administrativa na Casembrapa, com ampla divulgação dos resultados a todos os
1038 filiados. Se os custos da auditoria não puderem ser absorvidos pela própria Casembrapa,
1039 que seja convocada assembleia para deliberação pelo custeio da auditoria pelo Sinpaf”.
1040 Aberta a votação, foram registrados 12 votos a favor, 04 votos contra e zero abstenções.
1041 Decisão: encaminhamento aprovado. Registra-se também que foi lida moção de
1042 encaminhamento que propunha a antecipação da data da plenária nacional de 2019, tendo
1043 como autores Mário Urchei, Francisco Miguel Corrales (Seção Sindical Campinas &
1044 Jaguariúna), Adilson Ferreira da Mota e Marcos Antônio da Silva (Seção Sindical Gado de
1045 Leite). O presidente da diretoria nacional, Carlos Henrique Garcia, pediu questão de ordem e
1046 falou sobre o prazo estatutário para convocação, fato que neste momento já inviabilizaria a
1047 antecipação da plenária por não haver tempo hábil. Diante disso, os autores decidiram retirar
1048 o encaminhamento. **Moções de repúdio: 01)** são autores, Francisco Miguel Corrales, Mário
1049 Urchei e Devanir Sebastião dos Santos (Seção Sindical Campinas & Jaguariúna): “O
1050 Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário –
1051 Sinpaf vem manifestar o repúdio aos processos de reestruturação do sistema público de
1052 extensão rural que ocorrem na Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – Cati e na
1053 Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – Itesp, instituições vinculadas ao
1054 governo do Estado de São Paulo. A Cati foi extinta no início de março de 2019 após mais de
1055 50 anos de contribuições efetivas no fortalecimento das comunidades rurais paulistas, sendo
1056 agora denominada Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável - CDRS; da
1057 mesma maneira ocorrem reformulações no Itesp, órgão que atende especificamente famílias
1058 de assentamentos da reforma agrária. Tais alterações estruturais foram e continuam sendo
1059 realizadas sem consultas prévias às/aos profissionais dessas instituições e às/aos
1060 beneficiárias(os) de seus serviços, com sérios riscos de comprometimento das suas
1061 atribuições institucionais e de condução ao desmonte do sistema de extensão rural paulista.
1062 Nesse sentido, o Sinpaf vem solidarizar-se com as/os profissionais dessas instituições e as
1063 comunidades rurais do Estado de São Paulo, para que tais processos de mudanças venham
1064 a ser realizados com a participação da sociedade, especialmente os segmentos sociais mais
1065 afetados por essas medidas, tais como as/os profissionais dessas instituições e as
1066 comunidades da agricultura familiar”. Realizada a votação, foram registrados 12 votos a favor
1067 e 07 abstenções. Decisão: moção de repúdio aprovada. **02)** são autores, Mário Urchei
1068 (Seção Sindical Campinas & Jaguariúna) e Adilson Ferreira da Mota (Seção Sindical Gado
1069 de Leite): “A 23ª Plenária Sudeste manifesta seu repúdio ao veto arbitrário que impediu o
1070 presidente da Seção Sindical Campinas & Jaguariúna em participar do processo de eleição
1071 para o Comitê Local de Avaliação e Progressão Individual da Embrapa Meio Ambiente. Esse
1072 repúdio é extensivo à chefia local e à diretoria da Embrapa. É fundamental que a diretoria
1073 nacional do Sinpaf atue de forma efetiva para que esse tipo de veto não se repita, pois isso
1074 enfraquece a representatividade do sindicato”. Antes de proceder à votação, Mário Urchei
1075 explicou que foi candidato ao comitê mas a chefia vetou seu nome e direto a voto, tendo a
1076 diretoria da Embrapa ratificado a decisão. Citou que, diferente deste caso, o presidente da
1077 Seção Sindical Gado de Leite foi candidato ao comitê da Embrapa Gado de Leite, tendo sido
1078 eleito. Informou que está entrando na justiça contra o veto e reforçou que isso pode ocorrer
1079 em outras instâncias, e que aceitar isso enfraquece o sindicato. Aberta a votação, foram
1080 registrados 08 votos a favor, 05 votos contra e 08 abstenções. Decisão: moção de repúdio

1081 aprovada. **Moções de sugestão: 01**) são autores, Carmelita do Espírito Santo (Seção
1082 Sindical Agrobiologia): "Sugiro repensar a dinâmica das plenárias pois a forma como se
1083 apresenta agora não estimula o debate, só privilegia o palestrante e seus interlocutores.
1084 Precisamos enriquecer o debate e não somente o diálogo entre duas pessoas". Realizada a
1085 votação, foram registrados 16 votos a favor, 02 votos contra e zero abstenções. Decisão:
1086 moção de sugestão aprovada. Encerrada a leitura e votação das moções e
1087 encaminhamentos, o presidente da Mesa da plenária, Roberto Alves Pereira, fez os
1088 agradecimentos finais a presença de todos e passou a palavra ao anfitrião do evento, o
1089 presidente da Seção Sindical São Carlos, Amadeu Pereira. Com a palavra, ele também
1090 agradeceu a todos os participantes e os envolvidos na organização da plenária,
1091 parabenizando o comportamento de todos. Em seguida, o presidente da diretoria nacional,
1092 Carlos Henrique Garcia, observou que a cada plenária há um novo aprendizado e disse ter
1093 satisfação em conhecer novos quadros e amigos, que chegam com novas contribuições;
1094 afirmou também que o evento contribuiu para a discussão de uma luta e país melhor.
1095 Ressaltou ser importante que os compromissos assumidos sigam com cada um em direção à
1096 base, para que não se percam e que todos os trabalhadores sejam convocados a praticá-los
1097 para que de fato sejam internalizados. Roberto Alves Pereira agradeceu mais uma vez a
1098 todos e destacou o comprometimento de todos, em especial com os horários da
1099 programação. Após os agradecimentos proferidos também pelo secretário da Mesa e pela
1100 relatora, a XXIII Plenária Regional Sudeste do Sinpaf foi encerrada às dezessete horas e
1101 trinta minutos. Nada mais havendo a tratar eu, Graziella Galinari, lavrei esta Ata, que segue
1102 assinada por mim, pelo secretário José Carlos Sá Ferreira e pelo Diretor Regional Sudeste,
1103 que presidiu a plenária, Roberto Aparecido Alves Pereira.

1104
1105
1106
1107
1108
1109 

ROBERTO A. ALVES PEREIRA

Diretor Regional Sudeste e Presidente
da XXIII Plenária Regional Sudeste

1110
1111 

JOSÉ CARLOS SÁ FERREIRA

Secretário da XXIII Plenária Regional Sudeste

1112
1113
1114
1115
1116
1117 

GRAZIELLA GALINARI

Relatora da XXIII Plenária Regional Sudeste